



ESTADO DO PARÁ
ARQUIVO PÚBLICO

ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

Diário Oficial

DO ESTADO DO PARÁ

ORDEM E PROGRESSO

ANO LXII — 66.º DA REPÚBLICA — N. 17.490 BELÉM — TERÇA FEIRA 15 DE DEZEMBRO DE 1953

LEI N. 726 DE 11 DE DEZEMBRO
DE 1953

Concede benefício aos funcionários públicos do Estado, quando necessitados de assistência hospitalar.

A Assembléia Legislativa do Estado estatui e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º Fica concedido ao funcionário público civil e militar do Estado, aos pensionados, aposentados e reformados o abatimento de 50% (cinquenta por cento) nas tabelas oficiais de diárias e quaisquer outras taxas existentes ou que venham a ser criadas, pelo tratamento recebido nos hospitais do Estado, quando nesses internados.

§ 1.º — Este abatimento é igualmente concedido aos exames de laboratórios, Raios X, aplicações fisioterápicas de qualquer natureza, tanto aos internados como aos que necessitarem, apenas, dos ambulatórios.

§ 2.º — Ficam excetuadas desse abatimento as contas provenientes de fornecimento de especialidades farmacêuticas aos internados nos referidos hospitais.

Art. 2.º — O funcionário público civil ou militar, o aposentado, pensionista e reformado que, por qualquer circunstância, venha a ser recebido em um dos hospitais do Estado como indigente, e que perceba a quantia igual ou inferior a hum mil cruzeiros de preventos, terá nesse hospital um leito em uma das enfermarias e gosará das regalias a que tiver direito um pensionista de 2.ª classe, sem qualquer onus para esse enfermo.

Art. 3.º — O funcionário enfermo que pretender gosar das vantagens de que tratam os artigos e parágrafos anteriores deverá dirigir-se em requerimento feito por si ou por pessoa de sua família ao Diretor do hospital, fazendo anexar prova de ser funcionário estadual, bem como declaração de seus vencimentos.

Parágrafo único — As provas exigidas no presente artigo deverão ser fornecidas pelos diretores (ou pessoas que os substituam), dos Departamentos onde o funcionário estiver servindo, referendados pelo titular da Secretaria do Estado a que couber subordinada a Repartição, onde o requerente presta seus serviços.

Art. 4.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação,

ATOS DO PODER EXECUTIVO

revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 11 de dezembro de 1953.

Gal. Div. ALEXANDRE ZACARIAS

DE ASSUMPÇÃO

Governador do Estado

Loris Olympio Corrêa de Araújo

Secretário de Estado do Interior

e Justiça

José Jacinto Aben-Athar

Secretário de Estado de Economia

e Finanças

Dr. Edward Catete Pinheiro

Secretário de Estado de Saúde

Pública

José Cavalcante Filho

Respondendo pelo Expediente da

Secretaria de Estado de Educação

e Cultura

Claudio Lins de V. Chaves

Secretário de Estado de Obras

Terras e Viação

DECRETO DE 9 DE DEZEMBRO
DE 1953

O Governor do Estado : resolve nomear o cabo, reformado, da Polícia Militar, Manoel Lourenço do Nascimento para exercer, em comissão, o cargo de comissário de polícia no lugar Bonito, Município de Guamaí, vago, com a exoneração do cabo, da aludida milícia, João Manoel de Campos.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 9 de dezembro de 1953.

Gal. Div. ALEXANDRE ZACARIAS

DE ASSUMPÇÃO

Governador do Estado

Loris Olympio Corrêa de Araújo

Secretário de Estado do Interior

e Justiça

DECRETO DE 9 DE DEZEMBRO
DE 1953

O Governor do Estado : resolve exonerar, a pedido, Te-

místocles Miranda Pereira do cargo, em comissão, de comis-

sário de polícia na Colônia de Tomé acu, Município do Acará

Palácio do Governo do Estado do Pará, 9 de dezembro de 1953.

Gal. Div. ALEXANDRE ZACARIAS

DE ASSUMPÇÃO

Governador do Estado

Loris Olympio Corrêa de Araújo

Secretário de Estado do Interior

e Justiça

SECRETARIA DE ESTADO
DO INTERIOR E JUSTIÇA

DECRETO DE 9 DE DEZEMBRO
DE 1953

O Governor do Estado : resolve nomear o cabo, reformado, da Polícia Militar, Manoel Lourenço do Nascimento para exercer, em comissão, o cargo de comissário de polícia no lugar Bonito, Município de Guamaí, vago, com a exoneração do cabo, da aludida milícia, João Manoel de Campos.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 9 de dezembro de 1953.

Gal. Div. ALEXANDRE ZACARIAS

DE ASSUMPÇÃO

Governador do Estado

Loris Olympio Corrêa de Araújo

Secretário de Estado do Interior

e Justiça

DECRETO DE 9 DE DEZEMBRO
DE 1953

O Governor do Estado : resolve nomear o cabo, reformado, da

Policia Militar, Manoel Lourenço do Nascimento para exercer, em comissão, o cargo de comissário de polícia no lugar Bonito, Município de Guamaí, vago, com a exoneração do cabo, da aludida milícia, João Manoel de Campos.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 9 de dezembro de 1953.

Gal. Div. ALEXANDRE ZACARIAS

DE ASSUMPÇÃO

Governador do Estado

Loris Olympio Corrêa de Araújo

Secretário de Estado do Interior

e Justiça

DECRETO DE 9 DE DEZEMBRO
DE 1953

O Governor do Estado : resolve nomear o cabo, reformado, da

Policia Militar, Manoel Lourenço do Nascimento para exercer, em comissão, o cargo de comissário de polícia no lugar Bonito, Município de Guamaí, vago, com a exoneração do cabo, da aludida milícia, João Manoel de Campos.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 9 de dezembro de 1953.

Gal. Div. ALEXANDRE ZACARIAS

DE ASSUMPÇÃO

Governador do Estado

Loris Olympio Corrêa de Araújo

Secretário de Estado do Interior

e Justiça

DECRETO DE 9 DE DEZEMBRO
DE 1953

O Governor do Estado : resolve nomear o cabo, reformado, da

Policia Militar, Manoel Lourenço do Nascimento para exercer, em comissão, o cargo de comissário de polícia no lugar Bonito, Município de Guamaí, vago, com a exoneração do cabo, da aludida milícia, João Manoel de Campos.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 9 de dezembro de 1953.

Gal. Div. ALEXANDRE ZACARIAS

DE ASSUMPÇÃO

Governador do Estado

Loris Olympio Corrêa de Araújo

Secretário de Estado do Interior

e Justiça

DECRETO DE 9 DE DEZEMBRO
DE 1953

O Governor do Estado : resolve nomear o cabo, reformado, da

Policia Militar, Manoel Lourenço do Nascimento para exercer, em comissão, o cargo de comissário de polícia no lugar Bonito, Município de Guamaí, vago, com a exoneração do cabo, da aludida milícia, João Manoel de Campos.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 9 de dezembro de 1953.

Gal. Div. ALEXANDRE ZACARIAS

DE ASSUMPÇÃO

Governador do Estado

Loris Olympio Corrêa de Araújo

Secretário de Estado do Interior

e Justiça

DECRETO DE 9 DE DEZEMBRO
DE 1953

O Governor do Estado : resolve nomear o cabo, reformado, da

Policia Militar, Manoel Lourenço do Nascimento para exercer, em comissão, o cargo de comissário de polícia no lugar Bonito, Município de Guamaí, vago, com a exoneração do cabo, da aludida milícia, João Manoel de Campos.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 9 de dezembro de 1953.

Gal. Div. ALEXANDRE ZACARIAS

DE ASSUMPÇÃO

Governador do Estado

Loris Olympio Corrêa de Araújo

Secretário de Estado do Interior

e Justiça

DECRETO DE 9 DE DEZEMBRO
DE 1953

O Governor do Estado : resolve nomear o cabo, reformado, da

Policia Militar, Manoel Lourenço do Nascimento para exercer, em comissão, o cargo de comissário de polícia no lugar Bonito, Município de Guamaí, vago, com a exoneração do cabo, da aludida milícia, João Manoel de Campos.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 9 de dezembro de 1953.

Gal. Div. ALEXANDRE ZACARIAS

DE ASSUMPÇÃO

Governador do Estado

Loris Olympio Corrêa de Araújo

Secretário de Estado do Interior

e Justiça

DECRETO DE 9 DE DEZEMBRO
DE 1953

O Governor do Estado : resolve nomear o cabo, reformado, da

Policia Militar, Manoel Lourenço do Nascimento para exercer, em comissão, o cargo de comissário de polícia no lugar Bonito, Município de Guamaí, vago, com a exoneração do cabo, da aludida milícia, João Manoel de Campos.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 9 de dezembro de 1953.

Gal. Div. ALEXANDRE ZACARIAS

DE ASSUMPÇÃO

Governador do Estado

Loris Olympio Corrêa de Araújo

Secretário de Estado do Interior

e Justiça

DECRETO DE 9 DE DEZEMBRO
DE 1953

O Governor do Estado : resolve nomear o cabo, reformado, da

Policia Militar, Manoel Lourenço do Nascimento para exercer, em comissão, o cargo de comissário de polícia no lugar Bonito, Município de Guamaí, vago, com a exoneração do cabo, da aludida milícia, João Manoel de Campos.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 9 de dezembro de 1953.

Gal. Div. ALEXANDRE ZACARIAS

DE ASSUMPÇÃO

Governador do Estado

Loris Olympio Corrêa de Araújo

Secretário de Estado do Interior

e Justiça

DECRETO DE 9 DE DEZEMBRO
DE 1953

O Governor do Estado : resolve nomear o cabo, reformado, da

Policia Militar, Manoel

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Governador:

General de Divisão ALEXANDRE ZACARIAS
DE ASSUMPÇÃO

Secretário do Interior e Justiça:

Dr. LORIS OLIMPIO DE ARAUJO

Secretário de Economia e Finanças:

Dr. JOSÉ JACINTO ABEN-ATHAR

Secretário de Saúde Pública:

Dr. EDWARD CATETE PINHEIRO

Secretário de Obras, Terras e Viação:

Dr. CLAUDIO LINS DE V. CHAVES

Secretário de Educação e Cultura:

Respondendo pelo expediente

JOSE CAVALCANTE FILHO

As Reparações Públicas deverão remeter o expediente destinado à publicação nos jornais, diariamente, até às 16 horas, exceto aos sábados, quando deverão fazê-lo até às 14 horas.

As reparações pertencentes à matéria retratada, nos casos de erros ou omissiones deverão ser formuladas por escrito, à Diretoria Geral, das 8 às 17 horas, e, no máximo, 24 horas, após a saída dos órgãos oficiais.

IMPRENSA OFICIAL
DO ESTADO DO PARÁ
EXPEDIENTE
Rua da Una, 32 — Telefone, 3262

PEDRO DA SILVA SANTOS
Redator-Chefe, respondendo pela
Diretoria Geral

Assinaturas

Belém:	
Anual	200,00
Semestral	140,00
Número avulso	1,00
Número atrasado, por ano	1,50
Estados e Municípios:	
Anual	300,00
Semestral	150,00
Exteriores:	
Anual	400,00
1 Página de contabilidade, por 1 vez	600,00
Página, por 1 vez	600,00
½ Página, por 1 vez	300,00
Centímetros de colunas:	
Por vez	6,00

Os originais deverão ser encartografados e autenticados, rasselvadas, por quem de direito, rasuras e emendas. A matéria paga será recebida das 8 às 17 horas, e, nos sábados, das 8 às 11,30 horas. Executadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poderão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano. As assinaturas vencidas poderão ser suspenso sem aviso. Para facilitar aos clientes a verificação do prazo de vali-

A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua publicação, solicitamos aos senhores clientes dézem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Diretor Geral da IMPRENSA OFICIAL. Os suplementos às edições dos órgãos oficiais só se fornecerão aos assinantes que os solicitem. O custo de cada exemplar, atrasado dos órgãos oficiais será, na venda avulsa, acrescido de Cr\$ 1,50 ao ano.

lém (agradecendo ao Sr. Dr. Secretário do Interior e Justiça a comunicação-posse) — Ciente. Arquive-se.

— N. 1426, dos Serviços de Navegação A. A. do Porto do Pará (agradecendo a comunicação de posse) — Ciente. Arquive-se. Em 11/12/53

Petição:

0641 — Manuel Lourenço do Nascimento, cabo reformado da P. M. (requer retificação de ato de reforma) — Devidamente informado o pedido do postulante, verifica-se que não lhe assiste razão à retificação do ato que o aposentou no posto de cabo da Polícia Militar. A decisão de S. Excia. o Sr. Governador.

0688 — Moacyr Theophanes Fernandes de Almeida, residente em Vizeu, exercendo o cargo de promotor público daquela Comarca (solicita efetividade) — Examine e diga o D. F.

0689 — Importadora de Ferragens S. A., remessa de conta referente ao fornecimento de material ao Asilo D. Macedo Costa, para efeito de pagamento) — A S. E. F. com o esclarecimento de que a aquisição foi autorizada por esta Secretaria, depois de prévio entendimento com o antecessor do título daquela, devendo o respectivo pagamento correr à conta da verba: "Material Permanente" — tabela Asilo D. Macedo Costa, suplementada pela Lei n. 698, de 18/11/53.

0644 — Pará Celotex Clube, nesta cidade (expediente vindo do D. E. S. P., prestando informações a respeito do referido Clube) — Retorne ao D. E. S. P., para que se pronuncie sobre o mérito do pedido.

Ofícios:

N. 302, da Assembléia Legislativa (anexo a petição n. 0599, de Leonila do Carmo Gadelha, viúva de Vitoriem da Silveira Gadelha, ex-guarda civil (solicitando pensão) — Cumprase o despacho governamental — Mantenha meu despacho anterior que indeferiu o presente requerimento.

N. 0-60, da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (anexo o ofício n. 512, da mesma, sobre a contribuição do Estado do Pará ao Fundo de Valorização Econômica da Amazônia) — Dê-se conhecimento da resposta da Superintendência à S. E. F.

N. 953, da Assembléia Legislativa (sobre a elevação à categoria de grupo das escolas reunidas de Portel) — Dê-se conhecimento ao Sr. Deputado Ruy Barata, da informação da S. E. C. e do despacho governamental.

N. 183, da Legião Brasileira de Assistência C. E. do Pará (versando a respeito da Sra. Leopoldina do Carmo Gadelha, viúva de Vitoriem da Silveira Gadelha, ex-guarda civil (solicitando pensão) — Cumprase o despacho governamental — Mantenha meu despacho anterior que indeferiu o presente requerimento.

N. 14/12/53

Hilda Vieira de Lima) — À consideração de S. Excia. o Sr. Governador.

— N. 659, da Câmara Municipal de Belém (com uma informação da S. O. T. V., sobre o serviço de água na Avenida 25 de Setembro entre Humaitá e Timbó) — Devidamente informado, dê-se conhecimento à Câmara Municipal.

— N. 662, da Câmara Municipal de Belém (sobre o abastecimento de água no bairro de São João do Bruno) — Dê-se conhecimento à Câmara Municipal das informações.

— N. 663, da Câmara Municipal de Belém (sobre a restauração do abastecimento de água na Avenidas Alcindo Cacela, entre as Ruas Oliveira Belo e Bernal do Couto) — Dê-se conhecimento das informações à Câmara Municipal.

— N. 1026, da Assembléia Legislativa (versando sobre o pedido de informação a respeito das verbas recebidas para construções de escolas rurais) — Dê-se conhecimento das informações à Assembléia Legislativa.

— N. 372, do Departamento de Assistência aos Municípios (remetendo as folhas de pagamento, referentes aos meses de outubro e novembro p. p., para efeito de arquivamento na S. E. F.) — Encaminhe-se à S. E. F.

— N. 954, da Secretaria de Economia e Finanças (versando sobre os funcionários Hermes de Jesus Brito e Zuleide de A. Filho do D. A. M.) — Dê-se conhecimento à S. E. F., das informações do D. A. M.

— N. 983, do Departamento do Pessoal (remetendo cópia do contrato de Aprígio Carvalho de Barros, para ser encaminhado ao Tribunal de Contas) — Encaminhe-se ao T. C.

— N. 996, do Departamento do Pessoal (remetendo 12 cópias do contrato de Aprígio Carvalho de Barros, Maria Edna Leray e outros, para ser encaminhados ao Tribunal de Contas) — Faça-se o encaminhamento solicitado.

— S/n, do Banco do Brasil S. A., depósitos especiais — Governo do Estado — cl. vinculada ao contrato de 3/12/53 — D. E. R. — Ao D. E. R. para verificar, dizer e devolver.

— N. 924, da Assembléia Legislativa (anexo o telegrama n. 351, do Presidente da República, sobre a importação de borracha estrangeira) — Transmita-se à Assembléia Legislativa o teor deste telegrama.

— N. 301, da Assembléia Legislativa (anexo o ofício n. 194, do D. E. S. P.) — remessa de expediente) — Estando informado o processo, restitua-se o mesmo à dota Assembléia Legislativa.

**SECRETARIA DE ESTADO
DE ECONOMIA E FINANÇAS****GABINETE DO SECRETÁRIO**

O Dr. J. J. Aben-Athar, Secretário de Estado de Economia e Finanças, proferiu os seguintes despachos:

Em 14/12/53

Departamento do Material (encaminhando conta de A. Ramos & Cia.) — Ao D. C., para empenhar na forma regular; depois ao D. D., para pagamento.

— Departamento do Material (folha de gratificação) — Ao D. C., para os empenhos.

— Raimundo Nonato da Mota e Sousa, Coletor de Mosqueiro, (solicitando pagamento de percentagens) — À consideração do Sr. Diretor do D. R.

— Secretaria de Saúde Pública (solicitando entrega de númeroário para despesas, Cr\$ 82.520,00)

— Ao D. D., para processar o pagamento.

— Departamento de Receita (consulta sobre fiscalização na Estrada Coqueiro-Tapanã) — Ado-

tando as providências sugeridas pelo Sr. Diretor do D. Receita, o D. D. processe o pagamento de Cr\$ 420,00.

— Inspeção da Guarda Civil (duodécimo do mês de dezembro) — Ao D. C., para empenhar na forma regular; depois ao D. D., para pagar.

— Secretaria de Saúde Pública (solicitando empenhos) — Ao D. C., para empenhar na forma regular.

— Instituto de Educação do Pará (duodécimo do mês de dezembro corrente) — Ao D. C., para empenhar e ao D. D., para pagar.

— Faculdade de Odontologia (solicitando pagamento) — Ao D. C., para empenhar, se houver recursos orçamentários; depois ao D. D., para processar o pagamento.

— Departamento de Estatística (requisição de material) — Ao ... M., para atender.

— Departamento Estadual de Estatística (pagamento de gratificação a funcionários que prestam serviços extraordinários) —

4 — Terça-feira, 15

DIÁRIO OFICIAL

Dezembro — 1953

Os interessados poderão colher os respectivos dados na referida Secretaria, todos os dias úteis, durante o expediente normal.

Os concorrentes deverão apresentar provas de que se acham quites com os impostos federais, estaduais e municipais.

A Prefeitura Municipal de Belém, reserva o direito de anular a presente concorrência.

Secretaria da Fazenda, em 15 de dezembro de 1953.

Dr. Achilles Lima
Secretário da Fazenda
(G. — 15|12|53)

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM
DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO, ARQUIVO E CADASTRO

Alinhamento e Arrumação
Faço saber a quem interessar possa que havendo o Sr. Delfina Rossetti solicitado o alinhamento e arrumação do terreno de sua propriedade sito à Av. Braz de Aguiar ns. 4341 nesta capital, medindo o 1º 10,30 de frente por 70,50 de fundos e o 2º medindo 6,20 de frente por 74,80 de fundos marquei o dia 26 desse mês às 8 horas da manhã para o qual convide os heréus confinantes a comparecerem no dia hora e local designados a fim de assistirem os trabalhos a serem realizados reclamando o que for de interesse reciproco.

D. P. A. C., 7-12-53.

(a) Evandro S. Bonna, Agri-mensor.
(T. 6631—10 e 15|12—Cr\$ 160,00)

Alinhamento e Arrumação
Faço saber a quem interessar possa que havendo a Sociedade Paraense de Educação solicitado o alinhamento e arrumação de um terreno de sua propriedade situado à Av. Almirante Barroso n. 1.010 e 1.012 marquei o dia 15|12|53 às 8 horas da manhã para os trabalhos requeridos convidando os heréus confinantes a comparecerem no dia hora e local designados a fim de assistirem os trabalhos acima mencionados reclamando o que for a bem de reciproclos interesses.

Belém, 5 de Novembro de 1953.
(a) Evandro S. Bonna, Agri-mensor.
(T. 6630 8, 12 e 15|12—Cr\$ 240,00)

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM
Serviço de Pronto Socorro
Concurso para provimento de sete (7) vagas de auxiliar acadêmico
EDITAL

De ordem do Sr. Diretor faço saber a quem interessar possa que se acham abertas, até o dia 15 de dezembro p. futuro, as inscrições ao concurso para provimento de sete vagas de Auxiliar Acadêmico" do Pronto Socorro.

Poderão inscrever-se os alunos da 5.ª e 6.ª séries do curso médico da Faculdade de Medicina e Cirurgia do Pará, devendo as provas ter lugar na segunda quinzena de dezembro p. futuro.

As provas serão escrita, prática e oral, constando o respectivo programa, que será com este, afixado na portaria do Pronto Socorro, de pontos relacionados com socorros médico-cirúrgicos de urgência.

Os candidatos deverão pedir a respectiva inscrição por meio de requerimento dirigido ao Diretor do Pronto Socorro, juntando os seguintes documentos:

a) certidão, passada pela Secretaria da Faculdade de Medicina e Cirurgia do Pará, de ter sido o candidato promovido para a 5.ª e 6.ª série do curso médico, não dependendo de aprovação em nenhuma matéria da série anterior;

b) atestado médico de não ser portador de moléstia transmissível e de estar em perfeito gôso de suas faculdades mentais e órgãos dos sentidos;

b) atestado de boa conduta passado pelo Diretor da Faculdade de Medicina e Cirurgia do Pará.

Serviço de Pronto Socorro, 14 de novembro de 1953.

(a.) CARLOS SOARES
Chefe do Expediente
G. — Dias 19 e 30-11 e 15|12

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM
Aforamento de Terras

Sr. Dr. Hermogenes Condurú, Secretário Geral da Prefeitura Municipal de Belém, por nomeação legal, etc..

Faz saber, aos que o presente edital virem ou dele tiverem notícia, que havendo a Congregação das Irmãs Missionárias da Imaculada Conceição, requerido por aforamento o terreno situado na quadra: Humaitá, Chaco, Antônio Everdosa e Pedro Miranda, distando 68m,00 de frente por 7m,00 de fundos, 103m,70. Tem uma área de 725m²,90, tem a forma paralelogramica. Confina à direita com a Escola Doméstica Sagrado Coração de Jesus e à esquerda com o número 290.

Convido os heréus confinantes ou aos que se julgarem prejudicados pelo deferimento do referido aforamento, a apresentarem suas reclamações por escrito, dentro do prazo regulamentar de 30 dias, a contar da publicação do presente, findo o que, não será aceito protesto ou reclamação alguma. E, para que não se alegue ignorância, vai este publicado no DIÁRIO OFICIAL do Estado, afixando-se o original na porta principal do edifício da Prefeitura Municipal de Belém.

Secretaria Geral da Prefeitura Municipal de Belém, 4 de dezembro de 1953. — (a) Dr. Hermogenes Condurú, Secretário de Obras e Urbanismo.

(T. 6612 — 5 — e 15 25|12 — Cr\$ 120,00)

Aforamento de terras
Sr. Dr. Hermogenes Condurú Secretário Geral da Prefeitura Municipal de Belém, por nomeação legal, etc.

Faz saber, aos que o presente edital virem ou dele tiverem notícia, que havendo Elza Cavalcante Barbosa, requerido por aforamento o terreno situado na quadra: O terreno requerido incide no lote do recente loteamento dos Coxões de São Braz. Límites à direita 41m,00 e à esquerda 39m,00. Dimensões frente 7m,00, fundos 24m,00 e área 168m²,00.

Convido os heréus confinantes ou aos que se julgarem prejudicados pelo deferimento do referido aforamento, a apresentarem suas reclamações por escrito, dentro do prazo regulamentar de 30 dias, a contar da publicação do presente, findo o que, não será aceito protesto ou reclamação alguma. E, para que não se alegue ignorância, vai este publicado no DIÁRIO OFICIAL do Estado, afixando-se o original na porta principal do edifício da Prefeitura Municipal de Belém.

Secretaria Geral da Prefeitura Municipal de Belém, 4 de dezembro de 1953. — (a) Dr. Hermogenes Condurú, Secretário de Obras e Urbanismo.

(T. 6534 — 25|11 e 5, 15|12 — Cr\$ 120,00)

DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO, ARQUIVO E CADASTRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM

Alinhamento e Arrumação

Belém, 30 de novembro de 1953.

Faço saber a quem interessar possa que, havendo o Sr. Manoel Simplicio da Paz, requerido o alinhamento e arrumação de um terreno de sua propriedade, sito à Av. Cipriano Santos n. 110 à 15m,00 da Nina Ribeiro, marquei o dia 16 de dezembro, às 8 horas para os trabalhos requeridos, convidando os Senhores confinantes a comparecerem no dia hora e local designados, a fim de assistirem os trabalhos e reclamarem aquilo que for a bem dos reciproclos interesses.

(a.) Evandro S. Bonna, agri-mensor.

(T. 6586 — 8 e 15|12—Cr\$ 160,00)

SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS

Aviso

A Secretaria de Estado de Economia e Finanças, no uso de suas atribuições, e

Atendendo a que o suprimento de estampilhas às exatorias não satisfaz as exigências da fiscalização da renda tributária;

Atendendo a que a fiscalização do imposto de vendas e consignações deve ser exercida com método e perfeita segurança;

Atendendo finalmente, a que medidas de caráter preventivos devem ser adotados no sentido de resguardar os interesses da Fazenda Pública.

Recomenda aos senhores Directores do Departamento da Receita e da Despesa que, a partir desta data, façam observar as seguintes instruções:

1) O suprimento de estampilhas requisitado pelas Mesas de Rendas e Coletorias só se processará mediante comprovação de seu estoque nas exatorias e do recolhimento do saldo da arrecadação da receita pública relativo ao mês anterior;

2) Nenhum pagamento por fornecimento de artigos ou utilidades feitos ao Estado será processado, sem a juntada da fatura e duplicata da conta devidamente estampilhada em correspondência

rância vai êste publicado no DIÁRIO OFICIAL do Estado, afixando-se o original na porta principal do edifício da Prefeitura Municipal de Belém.

Secretaria Geral da Prefeitura Municipal de Belém, 10 de novembro de 1953.

(a.) Dr. Carlos Lucas de Souza, Secretário Geral.
(T. 6353 — 15, 25|11 e 5|11— Cr\$ 120,00)

ao valor do imposto sobre vendas e consignações.

Belém, 12 de dezembro de 1953. — (aa) J. J. Aben-Athar, secretário de Economia e Finanças.

(G. — 13, 15, 16, 17, 18 e 19|12; 1, 3, 4, 6, 7 e 8|1954)

SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS, TERRAS E VIACÃO

Compra de terras

De ordem do Sr. Engenheiro Chefe desta Seção, faço público que pelo Sr. José Felipe de Araújo nos termos do art. 7º do Regulamento de terras de 19 de agosto de 1933 em vigor, foi requerida por compra uma sorte de terras devolutas, própria para a indústria agrícola, sita na 13.ª Comarca Curuçá — 31.º Término — 31.º Município — Curuçá e 87.º Distrito — Terra Alta, com as seguintes indicações e limites: a dita sorte de terras, limita-se pela frente, com a Estrada de Rodagem "Castanhal-Curuçá"; pelo lado direito, com terras de Honrato Nascimento; pelo lado esquerdo, com terras devolutas do Estado, e, pelos fundos, com a margem esquerda do igarapé Acaputeua, medindo 500 metros de frente e 1.200 metros de fundos, pouco mais ou menos.

E para que se não alegue ignorância, será êste publicado pela imprensa, e afixado por 30 dias, à porta do edifício em que funciona a Coletoaria de Rendas do Estado naquela Município de Curuçá.

3.ª Seção da Secretaria de Obras, Terras e Viação do Pará, 10 de dezembro de 1953. — (a) Oficial ad. classe O, João Motta de Oliveira.

T — 6674—15 e 25|12 e 3|1|54— Cr\$ 120,00

Compras de terras

De ordem do Sr. Engenheiro Chefe desta Seção, faço público que pelo Sr. Raimundo Socorro dos Santos, nos termos do art. 7º do Regulamento de terras de 19 de agosto de 1933 em vigor, foi requerida por compra uma sorte de terras devolutas, própria para a indústria agrícola, sitas na 15.ª Comarca — 40.º Término — 40.º Município — Salinópolis e 111.º Distrito, com as seguintes indicações e limites: a dita sorte de terras, está situada à margem direita do Rio Choacarre, para onde faz frente, a começar da foz do igarapé Piquiá; pelo lado de baixo, limita-se com terras do Estado; pelo lado de cima, com terras ocupadas por Fortunato Pereira, e, pelos fundos, com o igarapé Beltrão, medindo 1.000 metros de frente por 1.000 metros de fundos, pouco mais ou menos.

E, para que se não alegue ignorância, será êste publicado pela imprensa, e afixado por 30 dias, à porta do edifício em que funciona a Coletoaria de Rendas do Estado naquela Município de Salinópolis.

3.ª Seção da Secretaria de Obras, Terras e Viação do Pará, 14 de dezembro de 1953. — (a) Oficial ad. classe O, João Motta de Oliveira.

T — 6675—15 e 25|12|53 e 3|1|54— Cr\$ 120,00

SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS, TERRAS E VIACÃO

Compra de terras

De ordem do Sr. Engenheiro Chefe desta Seção, faço público que pela Sra. Zilda Queiroz dos Santos nos termos do art. 7º do Regulamento de terras de 19 de agosto de 1933 em vigor, foi requerida por compra uma sorte de terras devolutas, própria para a indústria agrícola, sitas na 21.ª Comarca — 54.º Término — 54.º Município Santarém e 136.º Distrito, com as seguintes indicações e limites: a dita sorte de terras está situada na Colônia Agrícola "Igarapé-acu", e limita-se pela frente ou nascente, com o igarapé-acu; ao poente, com terras de Alípio Batista Pinto; ao norte, com terras de Prudencio Ferreira Bentes, e, ao sul, com terras de Maria Joana Bentes, medindo 200 metros de frente por 200 metros de fundos, pouco mais ou menos.

E, para que se não alegue igno-

Treça-feira, 15

DIARIO OFICIAL

Dezembro — 1953 — 8

rância, será este publicado pela imprensa, e afixado por 30 dias, à porta do edifício em que funciona a Coletoaria de Rendas do Estado naquele Município de Santarém.

3.ª Seção da Secretaria de Obras, Terras e Viação do Pará, 12 de dezembro de 1953. — O Oficial ad. classe O, João Motta de Oliveira. T-6670-15 e 25|12|53 e 5|1|54— Cr\$ 120,00

Compras de terras

De ordem do Sr. Engenheiro Chefe desta Seção, faço público que pelo Sr. Luiz Antonio da Silva, nos termos do art. 7º do Regulamento de terras de 19 de agosto de 1933 em vigor, foi requerida por compra uma sorte de terras devolutas, própria para a indústria agrícola, sitas na 18.ª Comarca — Monte-Alegre — 45.º Térmo — 45.º Município Monte-Alegre e 123.º Distrito, com as seguintes indicações e limites: a dita sorte de terras está situada à margem esquerda do Rio Amazonas, para onde faz frente, e limita-se pelos fundos, com o lago Maicuru; pela parte de cima, com terras do antigo "Cacoal Grande", hoje pertencente ao Ministério da Agricultura (I. A. N.); e, pela parte de baixo, com o lugar de nomeado "Santa Rita", medindo 200 metros de frente por 500 metros de fundos, pouco mais ou menos.

E, para que se não alegue ignorância, será este publicado pela imprensa, e afixado por 30 dias, à porta do edifício em que funciona a Coletoaria de Rendas do Estado naquele Município de Monte Alegre.

3.ª Seção da Secretaria de Obras, Terras e Viação do Pará, 12 de dezembro de 1953. — O Oficial ad. classe O, João Motta de Oliveira. T-6669-15 e 25|12|53 e 5|1|54— Cr\$ 120,00

Compras de terras

De ordem do Sr. Engenheiro Chefe desta Seção, faço público que pelo Sr. João Alexandrino Bessa da Cruz, nos termos do art. 7º do Regulamento de terras de 19 de agosto de 1933 em vigor, foi requerida por compra uma sorte de terras devolutas, própria para a indústria agrícola, sitas na 9.ª Comarca — Cameta — 22.º Térmo — 22.º Município — Mocajuba e 64.º Distrito, com as seguintes indicações e limites: a dita sorte de terras está situada à margem direita do igarape Iacu, limitando-se pelo lado de baixo, com os campos "Serrados", pelo lado de cima, com o lugar "Pedral" e, pelos fundos, com terras devolutas do Estado, medindo 2.000 metros de frente por 2.000 metros de fundos, pouco mais ou menos.

E, para que se não alegue ignorância, será este publicado pela imprensa, e afixado por 30 dias, à porta do edifício em que funciona a Coletoaria de Rendas do Estado naquele Município de Mocajuba.

3.ª Seção da Secretaria de Obras, Terras e Viação do Pará, 3 de setembro de 1953. — O Oficial ad. classe O, João Motta de Oliveira. T-6668-15 e 25|12|53 e 5|1|54— Cr\$ 120,00

Compras de terras

De ordem do Sr. Engenheiro Chefe desta Seção, faço público que pela Sra. Veneranda da Costa, nos termos do art. 7º do Regulamento de terras de 19 de agosto de 1933 em vigor, foi requerida por compra uma sorte de terras devolutas, própria para a indústria agrícola sitas na 15.ª Comarca — Igarapé-açu — 40.º Térmo — 40.º Município — Salinópolis e 11.º Distrito, com as seguintes indicações e limites: a dita sorte de terras está situada à margem direita do igarape Grande, anexo ao Rio Urubuea, para onde faz frente, e limita-se, pelo lado de baixo, com terras do Estado; pelo lado de cima, com terras de Lúdia da Silva, e pelos fundos, também com terras do Estado, medindo 1.000 metros de frente

pouco mais ou menos.

E, para que se não alegue ignorância, será este publicado pela imprensa, e afixado por 30 dias, à porta do edifício em que funciona a Coletoaria de Rendas do Estado naquele Município de Salinópolis.

3.ª Seção da Secretaria de Obras, Terra e Viação do Pará, 12 de dezembro de 1953. — O Oficial ad. classe O, João Motta de Oliveira. T-6667-15 e 25|12|53 e 5|1|54— Cr\$ 120,00

SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA E FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

AVISO

Ficam notificados os interessados que o exercício financeiro encerrará-se a 31 de dezembro corrente e que depois daquela data não se processarão contas de fornecimentos ou de outra qualquer natureza, feitas sem empenho prévio.

Belém, 14 de dezembro de 1953.
(a) Isaac Ramiro Bentes, diretor.

Visto:
(a) Dr. José Jacinto Aben-Athar, Secretário de Estado de Economia e Finanças
(G. 15 e 31-12-953)

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE
DIRETORIA DO ENSINO SUPERIOR
Faculdade de Medicina e Cirurgia do Pará
E D I T A L

De ordem do Sr. Dr. Diretor, comunico a quem interessar possa que, de acordo com o Portaria Ministerial n. 591, de 22 de dezembro de 1949, a que se refere a Portaria n. 87, de 24 de dezembro do mesmo ano, do Sr. Diretor do Ensino Superior, ficará aberta na Secretaria desta Faculdade, desde às sete (7) horas do dia 2 de janeiro, às dezessete (17) horas do dia 20 de janeiro de 1954, a inscrição ao Concurso de Habilitação a matrícula na primeira (1.ª) série do curso médico.

Poderá requerer inscrição ao referido concurso o candidato que satisfizer as seguintes condições:

a) ter concluído o curso secundário pelo Código de Ensino de 1901;

b) ter concluído o curso secundário, seriado ou não, pelo regime do Decreto n. 11.530, de 18 de março de 1915, e prestado seus exames perante bancas examinadoras oficiais ou não no Colégio Pedro II, ou ainda em Instituto equiparado;

c) ter concluído o curso secundário pelo regime do Decreto n. 16.182-A, de 13 de janeiro de 1925, ou de acordo com a seriação do mesmo decreto, até o ano letivo de 1934, inclusive a segunda (2.ª) época, realizada em março de 1935;

d) ter concluído o curso secundário pelo regime de preparatório parcelado, segundo os Decretos ns. 19.890, de abril de 1931; 22.106 e ... 22.167, de novembro de 1932 e a Lei n. 21, de janeiro de 1935;

por 1.000 metros de fundos, pouco mais ou menos.

E, para que se não alegue ignorância, será este publicado pela imprensa, e afixado por 30 dias, à porta do edifício em que funciona a Coletoaria de Rendas do Estado naquele Município de Salinópolis.

3.ª Seção da Secretaria de Obras, Terra e Viação do Pará, 12 de dezembro de 1953. — O Oficial ad. classe O, João Motta de Oliveira.

T-6667-15 e 25|12|53 e 5|1|54— Cr\$ 120,00

e) ter concluído o curso secundário de acordo com o artigo 100, do Decreto n. 21.241, de 2 de abril de 1932, desde que a quinta (5.ª) série se tenha completado até a época legal de 1936, ou seja até fevereiro de 1937;

f) ter concluído qualquer das modalidades do curso complementar, nos termos do § 1.º do artigo 47 do mesmo Decreto, combinado com o artigo 2.º da Lei n. 9-A, de dezembro de 1934, ou nos termos do parágrafo único do artigo 1.º do Decreto-Lei n. 1.247, de 5 de fevereiro de 1944;

g) ser portador de certificado de licença clássica;

h) ser portador de licença científica;

i) de acordo com os termos da Portaria n. 347, de 29 de setembro de 1950,

que deu execução ao art. 2.º da Lei n. 1.076, de 31 de março do mesmo ano, poderão inscrever-se também ao referido concurso os candidatos aprovados no exame de nível de conhecimento (Português e Matemática).

O pedido de inscrição será feito mediante requerimento endereçado ao Sr. Dr. Diretor, isento de selo e será instruído com os seguintes documentos:

1) Certidão de idade;

2) Cópia fotostática da carteira de identidade;

3) Atestado de idoneidade moral;

4) Atestado de aprovação em exame médico realizado por uma das juntas da Faculdade;

5) Atestado de vacina;

6) Certificado de aprovação final das matérias constituintes do curso secundário, em duas vias, acompanhados do histórico escolar, também em duplicatas; devidamente autenticados pelo Inspetor que expediu o último certificado;

7) Prova de estar em dia com as obrigações relativas ao serviço militar;

8) Pagamento da respectiva taxa.

Não será aceita a inscrição de candidatos que apresentem documentação incompleta, certificados com assinatura ilegível, certidões de existência de certificados de exames em outros institutos e pública forma de qualquer documento.

O número de vagas existentes é de trinta (30).

Secretaria da Faculdade de Medicina e Cirurgia do Pará, Belém, 31 de outubro de 1953.

— (a) Bernadette do Carmo de Mello e Silva, of. ad. J, respondendo pelo expediente da Secretaria. Visto: Prof.

Dr. Lauro Antunes de Magalhães, diretor.

(Ext. 4, 12 e 29|11 — 6, 15 e

MINISTÉRIO DA EDUCA-

ÇÃO E SAÚDE

FACULDADE DE MEDICI-

NA E CIRURGIA DO PARÁ

DIRETORIA DO ENSINO

SUPERIOR

CONCURSO PARA PRO-

FESSOR CATEDRÁTICO

DE CLÍNICA MÉDICA

(1.ª cadeira)

De ordem do Sr. Diretor

desta Faculdade, Professor Dr.

Lauro Antunes de Magalhães,

comunico a quem interessar

possa, que o Conselho Técnico-

Administrativo escolheu e a

Congregação homologou, a in-

dição dos Professores Aloy-

sio de Paula, da Faculdade de

Ciências Médicas do Rio de

Janeiro, Arnaldo Marques e

Francisco Montenegro, da Fa-

culdade de Medicina da Uni-

versidade do Recife, estran-

nhos ao corpo docente desta

Faculdade, para, juntamente

com os Professores Drs. José

Rodrigues da Silveira Netto

e Gervásio de Britto Melo,

da Congregação da Faculda-

de de Medicina e Cirurgia do

Pará, constituirem a comis-

são julgadora do concurso

para Professor Catedrático de

CLÍNICA MÉDICA (1.ª ca-

deira).

Outrossim dou ciência que

o mesmo Conselho Técnico-

Administrativo marcou o dia

sete (7) de dezembro vin-

douro para o início das

provas..

Secretaria da Faculdade de

Medicina e Cirurgia do Pará,

Belém, 31 de outubro de 1953.

— (a) Bernadette do Carmo de

Mello e Silva, of. ad. J, respon-

dendo pelo expediente da Se-

cretaria. Visto: Prof.

Dr. Lauro Antunes de Magalhães, diretor.

(Ext. 4, 12 e 29|11 — 6, 15 e

29|12)

MINISTÉRIO DA

EDUCAÇÃO E

SAÚDE

Diretoria do Ensino Superior

FACULDADE DE

MEDICINA E

CIRURGIA

DO

PARA

CONCURSO PARA

PROFESSOR CATEDRÁTICO

DE FÍSICA BIOLÓGICA

De ordem do Senhor Di-

retor desta Faculdade, Pro-

fessor Doutor Lauro Antunes

de Magalhães, comunico a

quem interessar possa, que o

Conselho Técnico-Adminis-

trativo escolheu e a Congre-

(Ext. — 5, 15 e 30|12)

gação homologou, a indicação dos Professores Drs. Arnaldo Carneiro Leão, da Faculdade de Medicina da Universidade do Recife e Orlmar Moreira, da Faculdade de Medicina da Universidade de Minas Gerais e do Médico especializado Edilton Sampaio, estranhos ao corpo docente desta Faculdade, para, juntamente com os professores, Drs. José Rodrigues da Silveira Netto e Benedito Cavalleiro de Macedo Klautau, da Congregação da Faculdade de Medicina e Cirurgia do Pará, constituirem a comissão julgadora do concurso para professor catedrático de FÍSICA BIOLÓGICA.

Outrossim dou ciência que o mesmo Conselho Técnico-Administrativo marcou o dia quatro (4) de janeiro de 1954 para o início das provas.

Secretaria da Faculdade de Medicina e Cirurgia do Pará, Belém, 31 de outubro de 1953. — (a.) Bernadette do Carmo de Mello e Silva, of. ad. J, respondendo pelo expediente da Secretaria. Visto: — Dr. Lauro Antunes de Magalhães, Diretor.

(Ext.—5, 11, 29|11 e 6, 15, 29|12)

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
E SAÚDE
UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE
DO SUL
FACULDADE DE CIENCIAS ECONÔMICAS**

E D I T A L N. 4
Concurso para provimento da cadeira de "ESTATÍSTICA MATEMÁTICA DEMOGRÁFICA - ESTATÍSTICA ECONÔMICA"

O Diretor da Faculdade de Ciências Econômicas, da Universidade do Rio Grande do Sul, torna público, para conhecimento dos interessados, que, de conformidade com a resolução do Conselho Técnico Administrativo, em sessão de 15 do corrente, o prazo de encerramento da inscrição do concurso de títulos e provas para preenchimento efetivo da cadeira "ESTATÍSTICA MATEMÁTICA E DEMOGRÁFICA - ESTATÍSTICA ECONÔMICA", cujo Edital foi publicado no "Diário Oficial" da União, de 1 de julho de 1953, fica prorrogado para as 18 horas do dia 15 de março de 1954.

O programa da cadeira, elaborado pelo Departamento de Estatística e Matemática e aprovado pela Congregação da Faculdade, é o seguinte:

I — ESTATÍSTICA MATEMÁTICA

A) — INTRODUÇÃO

1 — Natureza e problema da estatística matemática.

2 — Cálculo das probabilidades.

Theoremas fundamentais.

3 — O Problema das provas repetidas. Distribuição binomial.

Theorema de Bernouilli.

4 — A distribuição normal e suas aplicações.

5 — Momentos. Correção de Sheppard. Coeficientes alpha e beta.

6 — Ajustamento da curva normal. Métodos das ordenadas e das áreas.

7 — Fenômenos raros. Distribuição de Poisson.

B) — AMOSTRAGEM

8 — Amostragem de atributos. Independência e Associação. Significância.

9 — Amostragem de variáveis. Grandes amostras. Estimação de parâmetros. Verificação de hipóteses estatísticas.

10 — Estimação e comparação de variâncias.

11 — Significâncias de um conjunto de médias.

12 — Chi ao quadrado e verificação de leis impráticas.

13 — Teoria das pequenas amostras. Distribuição de Student.

C) — AJUSTAMENTO

14 — Problema geral de ajustamento. As curvas mais comuns. Processos elementares.

15 — O método dos mínimos quadrados. Seu emprego no ajustamento das principais curvas.

16 — Correlação e regressão. Correlação linear e curva. Correlação múltipla.

II — D E M O G R A F I A

A) — MORFOLOGIA DAS POPULAÇÕES

1 — Estática e dinâmica populacionais. Censo e Registro Civil.

2 — Densidade e crescimento das populações.

3 — Composição das populações: Características biológicas e sociais.

4 — Composição por idades. População ativa.

B) — MOVIMENTO INTRINSECO E EXTRINSECO DAS POPULAÇÕES

5 — Interações entre estado e movimento. Índices e coeficientes.

6 — Nupcialidade.

7 — Fecundidade, natalidade e mortalidade.

8 — Morbidade e mortalidade.

9 — Movimentos migratórios internos e externos. Exodus e urbanismo.

C) — MEDIDAS DEMOGRÁFICAS

10 — Vida média; vida provável; vida normal.

11 — Tábuas de eliminação.

12 — Tábuas de mortalidade e sobrevivência.

13 — Outras tábuas usuais.

D) — TEORIA GERAL DAS POPULAÇÕES

14 — Teoria geral. Leis da evolução demográfica.

15 — Máximos e mínimos populacionais. O conceito de ótimo em população. O ótimo econômico.

III — ESTATÍSTICA ECONÔMICA

A) — INTRODUÇÃO

1 — Atividade Produtiva e Estatística

1 — Atividade produtiva e população Ativa. Conceituação da população economicamente ativa. Raímos de atividade, ocupação profissional, condições não profissionais e posição na ocupação. Discriminação das condições não profissionais e inativas. Movimentos migratórios, sociais e econômicos. Ilustrações, especialmente do caso brasileiro.

2 — Estatística Econômica. Seu conteúdo e divisão. Estatística da atividade produtiva, da circulação da distribuição, do consumo e dos estoques (noções propedêuticas). Distinção preliminar entre Estatística e Contabilidade e entre ambas e a Contabilidade Social.

3 — Séries Econômicas. Tipos fundamentais. Medidas em unidades físicas e monetárias. Características. Peso bruto e líquido real e legal. Valores oficiais e comerciais. Valores de mercado e de fatura.

4 — Moeda e estatísticas de valores monetários. Estudo da equação das trocas e da influência da circulação monetária sobre os preços. Poder aquisitivo interno e externo. Depreciação e desvalorização.

5 — Formação das séries originais e derivadas

a) — Sondagens e pesquisas

5 — Coleta de dados primários— Definição do problema. Unidade econômica e unidade técnica. Suas características. Crítica, apuração e análise dos dados.

6 — Amostragem — Universo e população. Teoria da estimativa. Tipos de amostragem. Randomicidade e tendenciosidade. Técnica da amostragem sistemática e estratificada. Amostragem de áreas.

7 — A distribuição da amostra (grandes amostras) — Média de amostragem. O erro padrão da média de amostragem randômica. Níveis de confiança. Intervalo de confiança quanto à verdadeira média. Teste de hipóteses sobre a verdadeira média. Seleção de níveis de confiança. Cálculo do erro padrão da média. Limitações da amostragem. Erro padrão da mediana, do D. M. e do Desvio Padrão. Erro padrão de uma diferença. Significância de uma diferença. Teste de hipótese nula.

tamento preliminar de dados cíclicos. Variações estacionais medidas em torno da média móvel. Eliminação dos movimentos estacionais. Movimentos ocasionais. Conceito de normalidade.

24 — Correlação das séries cronológicas — Preparo prévio dos elementos. Recapitulação das medidas de correlação linear e limites de sua aplicação às séries cronológicas. Defasagem, sua medida e distribuição.

C) — CONTABILIDADE NACIONAL

Aplicação das Estatísticas Económicas

25 — Caracteres gerais da Contabilidade Nacional — Objetivos. Princípios. Classificação das contas.

26 — Balancetes e Balanços — Balancetes por setores. Significação dos saldos. Balanço dos movimentos de capitais: da economia produtiva, dos particulares, do Estado, do setor "estrangeiro".

27 — Balanço em escala nacional e internacional — Balanço das rendas. Balanço do movimento de capitais.

28 — A contabilidade nacional em face da estatística, da conjuntura e da ação econômica.

29 — A renda nacional — Dificuldades do cálculo da renda nacional: de definição, do princípio e da imperfeição das estatísticas.

Produção in natura; bens intermediários, bens de equipamento — papel do Estado. Relações com o estrangeiro.

30 — Riqueza Nacional — Diferença entre riqueza nacional e renda nacional. Fortuna e riqueza naturais. Dificuldades de levantamento. Cálculo e interpretação do progresso técnico. Produtividade.

31 — Principais variáveis da economia nacional — Causalidade dos fenômenos econômicos. Pesquisa de causas. Previsão econômica. Método dos modelos. Prática da análise da conjuntura.

32 — Faculdade de Ciências Econômicas, em 24 de julho de 1953. — Ruy Ribeiro Diniz da Silva, diretor.

(G — 16|10 e 16|12/53; e 14|3/54)

7 — A distribuição da amostra (grandes amostras) — Média de amostragem. O erro padrão da média de amostragem randômica. Níveis de confiança. Intervalo de confiança quanto à verdadeira média. Teste de hipóteses sobre a verdadeira média. Seleção de níveis de confiança. Cálculo do erro padrão da média. Limitações da amostragem. Erro padrão da mediana, do D. M. e do Desvio Padrão. Erro padrão de uma diferença. Significância de uma diferença. Teste de hipótese nula.

8 — Pequenas amostras — Intervalo de confiança quanto à verdadeira média. A significância de uma diferença entre médias de amostras independentes. Erro padrão de proporções e percentagens.

b) — Dados de Estatística Documentária

9 — Dados secundários — Fontes. Precauções na utilização de dados secundários. Homogeneidade e consistência. Conversão a unidades adequadas. Dado exato e dado aproximado. Erros acidentais e sistemáticos. Números significativos. Operações sobre números aproximados. Arredondamento de números.

10 — Estatísticas documentárias da situação econômica brasileira — Fatos integrantes da parte "Situação econômica" no esquema oficial do IBGE. Material proporcionado pelos recenseamentos gerais e pelos levantamentos permanentes. Precariedades e limitações a considerar na sua utilização.

11 — Estatística da Produção — fontes oficiais e dados proporcionados pelas estatísticas da produção extrativa, da agropecuária e da industrial.

12 — Estatísticas da Circulação: transportes e comunicações; do comércio interno de mercadorias; dos preços por atacado e varejo; do comércio exterior. Balança comercial e Balanço de pagamentos.

13 — Estatísticas do Consumo e dos Estoques — Deficiências da estatística documentária brasileira. Custo da vida e nível de vida. Índices existentes e seu cálculo. Estimativas da produção e de comércio.

14 — Estatística do comércio de valores: movimento bancário, propriedade imobiliária e títulos; da circulação monetária; da formação de capitais.

15 — Estatísticas nacionais e internacionais — Órgãos de coordenação internacional. Congressos e organizações internacionais. Ação das Nações Unidas e do IASI. Resoluções e recomendações respeito às estatísticas econômicas e sua comparabilidade.

B) — ANÁLISE ENEMENTAR DOS DADOS ECONÔMICOS

16 — Números relativos — Percentagens e coeficientes. Números índices elementares. Condições para a escolha de base. Ilustração de emprego de números índices elementares da estatística documentária brasileira.

17 — Números índices sintéticos — Noções gerais. Números índices compostos, agregativos ou médios e complexos. Critérios de ponderação. Fórmulas de Laspeyres e Paasche. Fórmulas de Fischer e de Edgeworth-Marshall. Índices em cadeia. Uso dos números índices sintéticos.

18 — Séries históricas ou cronológicas — Tipos de movimento.

Tendência secular. Flutuação cíclica. Variações estacionais. Flutuações residuais. Traçado da tendência secular reta à mão livre e por pontos selecionados.

19 — Tendências curvilíneas — Método dos pontos selecionados. Perekupação — média móvel e média progressiva. Sua aplicação às tendências retas e curvilíneas.

20 — O método dos mínimos quadrados — Ajustamento da linha reta. Significância das constantes nas equações de regressão.

21 — Ajustamento da parábola de segundo grau pelo método dos mínimos quadrados; cálculo da curva reciproca e da curva semi-logarítmica.

22 — Resíduos da tendência — Eliminação da tendência nos dados.

23 — Movimentos cíclicos — Ajust-

**GOVERNO DO ESTADO
DO PARÁ**

SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS

A V I S O

O Departamento de Despesa da Secretaria de Estado de Economia e Finanças avisa a quem possa interessar que, a partir de 1.º de Janeiro de 1954, será observada a seguinte norma de serviço:

a) Aposentados, Disponibilizados, Retornados, Pensionados e Encanados — quando recuarem seus benefícios por intermédio de procuradores, serão obrigados a apresentar atestado de vida, fornecido por autoridade administrativa, policial ou judiciária;

b) as Pensionistas do Montepio e Pensionadas do Estado serão obrigadas a apresentar atestado de estado civil e de boa conduta passado por autoridade administrativa, policial ou judiciária;

c) nenhum pagamento de outra natureza, processado por intermédio de procurador, será atendido sem prévio arquivamento de novo instrumento de procuração, neste Departamento.

Departamento de Despesa da Secretaria de E. de Economia e Finanças, 3 de dezembro de 1953.

João Bentes
Diretor

Visto
J. J. Aben Athar

Secretário de Estado de Economia e Finanças

(G. — Dias 5, 6, 13, 19, 20,

26, 27 e 28 de 1953)

Treça-feira, 15

DIARIO OFICIAL

Dezembro — 1953 — 7

EDITAIS
ANÚNCIOS

ASSOCIAÇÃO RURAL DE CURRALINHO

Resumo dos Estatutos, aprovados em sessão de 14 de agosto de 1953.

Denominação: — Associação Rural de Curralinho.

Data da fundação: — 14 de agosto de 1953.

Fundo Social: — É constituído de contribuições de sócios, subvenções, auxílios, donativos, legados, etc.

Fins: — São seus fins: Destina-se a ser órgão local de representação e defesa dos profissionais de agricultura residentes e domiciliados no Município de Curralinho, de acordo com os dispositivos do presente Estatuto. Congregar em seu seio todos os que se dedicam à lavoura, a pecuária e às indústrias rurais, inclusive as extrativas de origem animal e vegetal. Criar serviços de assistência técnica, econômica e social em benefício dos sócios. Os sócios terão direito a beneficiar-se dos serviços que a associação estiver habilitada a prestar e, nas condições em que está ou poderá, inclusive quanto à organização de projetos, plantas e orçamentos de instalações agrícolas e quanto ao fornecimento de sementes, plantas, formicidas, inseticidas, máquinas e instrumentos agrários, dragas, etc.

Sede: — Cidade de Curralinho, município do mesmo nome.

Duração: — Tempo indeterminado.

Administração e representação

— Diretoria da Sociedade.

Prazo do mandato da Diretoria:

— Três (3) anos.

Os presentes estatutos foram aprovados em 14 de agosto de 1953, com a ata de fundação e instalação, arquivados e registrados no Cartório de Registro.

Curralinho, 14 de agosto de 1953. — (a) Francisco Chagas da Silva, presidente.

(T. 6673 — 15|12|53 — Cr\$ 200,00)

MOINHO PARAENSE S/A
Assembléia Geral Extraordinária

1.ª Convocação

Na conformidade do deliberado pela Diretoria e aceitado pelo Conselho Fiscal, ficam pelo presente convidados os Srs. Acionistas da MOINHO PARAENSE S/A a se reunirem no próximo dia 19 do corrente, às 20 horas, na sede provisória da sociedade, à Avenida 15 de Agosto, 53 (Edifício Importadora) conjunto 301, para deliberarem sobre:

a) Aumento do capital social para Cr\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de cruzeiros);

b) Reforma dos Estatutos;

c) Criação de parte beneficiária;

d) O que ocorrer.

Belém, 10 de dezembro de 1953.

A Diretoria:
P. p. Alessandro Frigerio
Diretor Presidente
Ferrucio Ferrari
Diretor Comercial
(Ext. — 11, 15 e 19|12)

à Trav. 9 de Janeiro, 132, filho de Euclides Teixeira da Costa e de Dona Odith Nascimento Costa.

Ela é também solteira, natural do Pará, Belém, prendas domésticas, domiciliada nesta cidade e residente à Rua João Balbi, 644, filha de Secundo Ferreira e de Dona Maria de Nazaré Ferreira.

Apresentaram os documentos exigidos por lei em devida forma pelo que se alguém tiver conhecimento da existência de qualquer impedimento, denuncie-o para fins de direito.

Dado e passado nesta cidade de Belém, capital do Estado do Pará, aos 7 de dezembro de 1953.

E eu, Raymundo Honório da Silva oficial de casamentos nesta capital, dato e assino com a rubrica de que faço uso. — Raydo Honório.

(T. 6620 — 8 e 15|12 — Cr\$ 40,00)

Expedido o competente mandado foi pelo oficial de justiça encarregado da diligência, certificado estar o foreiro em lugar incerto e não sabido, razão porque mandei passar o presente edital, com o teor do qual ficam os herdeiros conhecidos e desconhecidos e os sucessores de Antonio José de Pinho, e sua mulher, se casado for, citados para no prazo de 30 dias que correrão em cartório e mais 10 dias depois da publicação deste, a virem tomar conhecimento da presente, acompanhando-a em todos os trâmites legais até final julgamento. Dado e passado, nesta cidade de Belém do Pará, aos 3 dias do mês de dezembro de 1953. Eu, José Nononha da Motta, escrivão que subscrevo.

(T. 6607 — 4, 15 e 24|12|53 — Cr\$ 160,00)

JUIZO DE DIREITO DA 8.ª VARA DA COMARCA
DA CAPITAL DO ESTADO DO PARÁ

REPARTIÇÃO CRIMINAL
Chamada de Funcionário

Pelo presente edital de chamamento, fica notificado Raimundo Margalho, ocupante do cargo de oficial de justiça, classe E, com exercício na Repartição Criminal, para reassumir a função de seu cargo, dentro do prazo de vinte (20) dias, sob pena de, findo o referido prazo e não tendo sido feita prova de existência de força maior ou coação ilegal, ser demitido nos termos do artigo 254 do Decreto-lei n. 3.902, de 28 de outubro de 1941. Eu, João Gomes da Silva, oficial-secretário da Repartição Criminal, autuei o presente edital, extraíndo do mesmo cópia para ser publicado no "Diário Oficial".

Belém do Pará, 4 de dezembro de 1953.

(a.) Lycurgo Narbal de Oliveira Santiago, Juiz de Direito da 8.ª vara e Diretor da Repartição Criminal.

(G.) Dias 6, 8, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 25, 27, 29, 30 e 31|12|

COMARCA DA CAPITAL
CITAÇÃO

O Doutor João Bento de Souza, Juiz de Direito da Segunda Vara, acumulando o cargo de Juiz de Direito de herança Jacente, desta Comarca de Belém do Pará.

Faz saber que pela Prefeitura Municipal de Belém, lhe foi dirigida uma petição cujo teor é o seguinte: Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito dos Feitos da Fazenda. Diz a Prefeitura Municipal de Belém, por seu procurador infraassinado, que deu em aforamento a Antonio José de Pinho, três terrenos sitos nesta cidade à Travessa José Bonifácio, medindo os dois primeiros 49.973m²,00 e o terceiro 3.872m².00. Sucedeu, porém, que não lhe tendo sido pagos os foros respectivos correspondentes aos anos de 1882 a 1952, num total de Cr\$ 2.702,20, inclusive multa, como prova o documento junto, está extinta a enfeiteuse (art. 692, n. II do Cód. Civil), pelo que pede a V. Excia. se digne de mandar citar o suplicado e sua mulher se casado for, para todos os termos da presente ação ordinária, sob pena de revelia, em virtude da qual deverá ser o aforamento declarado extinto, consolidando-se o domínio direito com o útil e voltando o terreno aforado a ser incorporado ao patrimônio da suplicante nas custas. Indica como prova o depoimento pessoal do suplicado, pena de confessio, testemunhas, documentos, vistorias e o mais necessário à defesa do seu direito. Térmos em que P. deferimento. Belém, 17 de abril de 1953. — (a.) Moura Palha — Procurador. Despacho. Em cuja petição foi dado o seguinte despacho: D. e A., depois de indicado o domicílio do citando, conclusos. Belém, 18 de abril de 1953. — (a.) Milton Leão de Melo

Faz saber que se pretendem casar o Sr. Hamilton Teixeira Costa e senhorinha Lucimara Gomes Ferreira.

Ele diz ser solteiro, natural do Pará, Belém, comerciário, domiciliado nesta cidade e residente 1953. — (a.) Milton Leão de Melo

(Ext. — Dias 14|11, 14|12|53; 14|1, 14|2, 14|3, 14|4, 14|5|54)

EDITAIS

JUDICIAIS

PROCLAMAS

Maria de Lourdes Marinho da Silva.

Ele diz ser solteiro, natural do Pará, Itaituba, contador, domiciliado nesta cidade e residente à Av. Nazaré, 455, filho de Alois Trympl e de Dona Ibrandina da Cunha Strympl.

Elle é também solteira, natural do Pará, Belém, professora normalista, domiciliada nesta cidade e residente à Av. Gentil Bittencourt, 415, filha de Agricio Ferreira da Silva e de Dona Joana D'Arc Marinho da Silva.

Apresentaram os documentos exigidos por lei em devida forma pelo que se alguém tiver conhecimento da existência de qualquer impedimento, denuncie-o para fins de direito.

Dado e passado nesta cidade de Belém, capital do Estado do Pará, aos 7 de dezembro de 1953.

E eu, Raymundo Honório da Silva oficial de casamentos nesta capital, dato e assino com a rubrica de que faço uso. — Raydo Honório.

(T. 6623 — 8 e 15|12 — Cr\$ 40,00)

Faz saber que se pretendem casar o Sr. Siegerick Hans da Cunha Strympl e a senhorinha

Ele diz ser solteiro, natural do Pará, Belém, comerciário, domiciliado nesta cidade e residente

E para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância, manda expedir o presente Edital na forma da Lei.

Dado e passado nesta cidade de Belém do Pará, aos 4 de novembro de 1953. Eu, Odon Gomes da Silva, escrivão, o escrevi.

(a.) João Bento de Souza, Juiz de Direito da Segunda Vara, acumulando o cargo de Juiz de Direito de órfãos, e de herança Jacente.

(Ext. — Dias 14|11, 14|12|53; 14|1, 14|2, 14|3, 14|4, 14|5|54)



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM

Diário do Município

ANO II

BELÉM — TERÇA-FEIRA 15 DE DEZEMBRO DE 1953

NUM. 196

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM

LEI N. 1.994 DE 11 DE DEZEMBRO DE 1953

Autoriza a abertura de créditos suplementares.

A Câmara Municipal de Belém, estatúi e eu sanciono a seguinte

Lei:
Art. 1º Fica aberto, nos termos da legislação em vigor, o crédito suplementar de Cr\$ 32.627.000,00 (trinta e dois milhões, seiscentos e vinte e sete mil cruzeiros), ao orçamento do exercício de 1953, distribuído pelas seguintes verbas:

Administração Geral

Executivo			
Gabinete do Prefeito			
Material Permanente ...	170.000,00		
Material de Consumo ...	75.000,00	245.000,00	
Administração Superior			
Secretaria Geral:			
Pessoal Variável	13.000,00		
Material Permanente ...	105.000,00	118.000,00	
Serviço de Administração		15.000,00	
Material de Consumo			
Departamento da Fazenda			
Diretoria Geral		2.000,00	
Material de Consumo ...			
Serv. Técnico Especializados			
Contencioso Municipal			
Material de Consumo ..	5.000,00		
Dedt. do Pat. Arq. e Cadastro		5.000,00	
Material de Consumo ..			
Serviços Diversos			
Publicações Oficiais	60.000,00	65.000,00	455.000,00
Serv. Alist. Militar	5.000,00		

Exação e Fiscalização Financeira

Administração Superior			
Divisão de Receita			
Material Permanente ...	50.000,00		
Material de Consumo ...	20.000,00	70.000,00	
Divisão da Despesa			
Material Permanente ...	20.000,00		
Material de Consumo ..	5.000,00	25.000,00	
Serviços Diversos			
Mercados Públicos			
Pessoal Variável	250.000,00		
Material Permanente ..	65.000,00		
	315.000,00		

Exação e Fiscalização Financeira

Serviços Diversos			
Subprefeitura de Mosqueiro			
Material de Consumo	10.000,00		
Subprefeitura de Icoaraci		25.000,00	
Material de Consumo			
Percentagens		700.000,00	
Percentagens Diversas			

Seg. Pu. e Asst. Social

Corpo Municipal de Bombeiros			
Material de Consumo		300.000,00	

Educação Pública

Ensino Primário			
Diretoria do Ensino Municipal			
Pessoal Variável	140.000,00		
Material de Consumo	30.000,00	170.000,00	

Saúde Pública

Dep. de Saúde e Assistência			
Ser. de Ass. Médica Social			
Material de Consumo		550.000,00	
Fomento			
Dep. Municipal de Agricultura			

Pessoal Variável	1.000.000,00		
Diaristas	220.000,00		
Material Permanente ..	150.000,00	1.370.000,00	
Material de Consumo ..			
Serviços Industriais			
Serviços de Transporte			
Subprefeitura de Mosqueiro			
Material Permanente ...	100.000,00		
Material de Consumo ..	150.000,00	250.000,00	
Serviços Urbanos			
Subprefeitura de Mosqueiro			
Pessoal Variável	15.000,00		
Material de Consumo	300.000,00	315.000,00	
Subprefeitura de Icoaraci			
Pessoal Variável	80.000,00		
Material de Consumo ..	250.000,00	330.000,00	
Dep. M. de Força e Luz de Belém			
Pessoal Variável	2.000.000,00		
Material de Consumo ..	7.000.000,00		
Despesas Diversas	2.500.000,00	11.500.000,00	12.395.000,00
Serviços de Utilidade Pública			
Administração Superior			
Dep. Municipal de Engenharia			
Material Permanente	1.900.000,00		
Material de Consumo	500.000,00	2.400.000,00	
Dep. de Limp. Pública		70.000,00	
Material de Consumo			
Const. Conserv. de Logradouros Públicos			
Serv. M. de Estrada de Rodagem			
Pessoal Variável		1.600.000,00	
Diaristas			
Const. e Consev. de Rodovias			
Serv. M. de Estradas de Rodagem			
Pessoal Variável	300.000,00		
Material Permanente	80.000,00	380.000,00	
Serviço de Limpeza Pública			
Dep. de Limpeza Pública			
Pessoal Variável			
Diaristas	1.100.000,00		
Material de Consumo	200.000,00	1.300.000,00	
Subprefeitura de Icoaraci			
Pessoal Variável	450.000,00		
Diaristas	60.000,00	510.000,00	
Material de Consumo			
Serviços Diversos			
Cemitérios Públicos			
Pessoal Variável			
Diaristas		150.000,00	
Obras e Melhoramentos			
Para Obras, Melhoramentos e Recalçamento da Cidade			
Dep. M. de Engenharia		5.000.000,00	
Subprefeitura de Mosqueiro	1.000.000,00		
Subprefeitura de Icoaraci	1.300.000,00	7.300.000,00	13.710.000,00
Encargos Diversos			
Pessoal Inativo			
Despesas Diversas		300.000,00	
Indenizações, Repas. e Restituições			
Despesas Diversas		20.000,00	
Festas Civicas		50.000,00	
Representações Oficiais		20.000,00	

DIÁRIO DO MUNICÍPIO

3)

Serviços Telefônicos	12.000,00
Gratificações	250.000,00
Aquisições de Obras d'Arte	60.000,00
Eventuais	1.800.000,00
	2.212.000,00
	32.627.00,00

Art. 2º O crédito suplementar aberto pela presente lei, correrá a conta dos recursos financeiros e disponíveis da Prefeitura Municipal de Belém, no exercício de 1953, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Belém, 11 de dezembro de 1953.

ACHILIS LIMA CELSO MALCHER
Secretário de Fazenda Prefeito Municipal
LEI N. 1.995 DE 10 DE DEZEMBRO DE 1953

Autoriza a abertura de créditos suplementares. A Câmara Municipal de Belém, estatuí e eu sanciono a seguinte

Lei:
Art. 1º Fica aberto, nos termos da legislação em vigor, o crédito suplementar de Cr\$ 1.890.000,00 (hum milhão, oitocentos e noventa mil cruzeiros), ao orçamento do exercício de 1953, distribuído pelas seguintes verbas:

Administração Geral
Administração Superior
Secretaria Geral
Material de Consumo 20.000,00
Serviços Diversos
Publicações Oficiais 80.000,00 **100.000,00**

Exação e Fiscalização Financeira
Administração Superior
Divisão da Receita
Material de Consumo 30.000,00
Serviços Diversos
Mercados Públicos
Pessoal Variável 30.000,00
Percentagens
Percentagens Diversas 50.000,00 **110.000,00**

Fomento
Departamento Municipal de Agricultura
Pessoal Variável
Diaristas 90.000,00
Material de Consumo 50.000,00 **140.000,00**

Serviços Industriais
Serviços Urbanos
Subprefeitura de Icoaraci
Material de Consumo 50.000,00
520.000,00
Const. e Cons. de Lograd. Públicos
Dep. Municipal de Engenharia
Pessoal Variável
Diaristas 410.000,00
Serviço de Limpeza Pública
Dep. de Limpesa Pública
Pessoal Variável
Diaristas 500.000,00
Subprefeitura de Icoaraci
Material de Consumo 20.000,00 **1.890.000,00**

Art. 2º O crédito suplementar aberto pela presente lei correrá a conta dos recursos financeiros e disponíveis da Prefeitura Municipal de Belém, no exercício de 1953, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Belém, 11 de dezembro de 1953.

CELSO MALCHER
Prefeito Municipal
ACHILES LIMA
Secretário de Fazenda

O Prefeito Municipal de Belém, usando de suas atribuições e de acordo com a Lei n. 1.994, de 11 de dezembro de 1953 da Câmara Municipal de Belém,

DECRETA :
Art. 1º — Fica aberto, nos termos da legislação em vigor, o crédito suplementar de Cr\$ 32.627.000,00 (trinta e dois milhões, seiscentos e vinte e sete mil cruzeiros), ao orçamento do exercício de 1953, distribuídos pelas seguintes verbas:

Administração Geral
Executivo
Gabinete do Prefeito
Material Permanente .. 170.000,00
Material de Consumo .. 75.000,00 **245.000,00**

Administração Superior
Secretaria Geral
Pessoal Variável 13.000,00

Material Permanente ..	105.000,00	118.000,00
Serviço de Administração		
Material de Consumo ..		15.000,00
Departamento da Fazenda		
Diretoria Geral		
Material de Consumo ..		2.000,00
Serv. Técnico Especializados		
Contencioso Municipal		
Material de Consumo ..		5.000,00
Dept. do Pat. Arq. e Cadastro		
Material de Consumo ..		5.000,00
Serviços Diversos		
Publicações Oficiais	60.000,00	
Serviço Alist. Militar ..	5.000,00	65.000,00
		455.000,00

Exação e Fiscalização Financeira		
Administração Superior		
Divisão da Receita		
Material Permanente ..		50.000,00
Material de Consumo ..		20.000,00
		70.000,00
Divisão de Despesa		
Material Permanente ..		20.000,00
Material de Consumo ..		5.000,00
		25.000,00
Serviços Diversos		
Mercados Públicos		
Pessoal Variável ..		250.000,00
Material Permanente ..		65.000,00
		315.000,00

Subprefeitura de Mosqueiro		
Material de Consumo ..		10.000,00
Subprefeitura de Icoaraci		
Material de Consumo ..		25.000,00
Percentagens		
Percentagens Diversas ..		700.000,00
		1.145.000,00
Seg Pùb. e Asst. Social		
Corpo Municipal de Bombeiros		
Material de Consumo ..		300.000,00
Educação Pública		
Ensino Primário		
Diretoria do Ensino Municipal		
Pessoal Variável ..		140.000,00
Material de Consumo ..		30.000,00
		170.000,00
Saúde Pública		
Dep. de Saúde e Assistência		
Ser. de Ass. Médica Social		
Material de Consumo ..		550.000,00
Fomento		
Dep. Municipal de Agricultura		
Pessoal Variável		
Diaristas		1.000.000,00
Material Permanente ..		220.000,00
Material de Consumo ..		150.000,00
		1.370.000,00
Serviços Industriais		
Serviço de Transporte		
Subprefeitura de Mosqueiro		
Material Permanente ..		100.000,00
Material de Consumo ..		150.000,00
		250.000,00
Serviços Urbanos		
Subprefeitura de Icoaraci		
Pessoal Variável ..		15.000,00
Material de Consumo ..		300.000,00
		315.000,00
Subprefeitura de Icoaraci		
Pessoal Variável ..		80.000,00
Material de Consumo ..		250.000,00
		330.000,00
Dep. M. de Fôrça e Luz de Belém		
Pessoal Variável ..		2.000.000,00
Material de Consumo ..		7.000.000,00
Despesas Diversas ..		2.500.000,00
		11.500.000,00
		12.395.000,00

Serviço de Utilidade Pública		
Administração Superior		
Dep. Municipal de Engenharia		
Pessoal Variável		
Material Permanente ..	1.900.000,00	
Material de Consumo ..	500.000,00	2.400.000,00
Dep. de Limpesa Pública		
Material de Consumo ..		70.000,00
Const. Conserv. de Logrars. Públicos		
Dep. Municipal de Engenharia		
Pessoal Variável		
Diaristas		1.600.000,00
Const. e Consv. de Rodovias		
Ser. M. de Estradas de Rodagem		

DIARIO DO MUNICÍPIO

Pessoal Variável	300.000,00		
Material Permanente ..	80.000,00	380.000,00	
Serviço de Limpeza Pública			
Pessoal Variável			
Diaristas	1.100.000,00	1.300.000,00	
Material de Consumo ..	200.000,00		
Subprefeitura de Icoaraci			
Pessoal Variável			
Diaristas	450.000,00	510.000,00	
Material de Consumo ..	60.000,00		
Serviços Diversos			
Cemitérios Públicos			
Pessoal Variável			
Diaristas	150.000,00		
Obras e Melhoramentos			
Para Obras, Melhoramentos e Recalcamento da Cidade:			
Dep. Municipal de Engenharia	180.000,00		
Subprefeitura de Mosqueiro	100.000,00		
Subprefeitura de Icoaraci	100.000,00	380.000,00	
Para Cons. de Próprios Municipais	70.000,00		
	1.890.000,00		
Subprefeitura de Icoaraci			
Pessoal Variável			
Diaristas	1.100.000,00	1.300.000,00	
Material de Consumo ..	200.000,00		
Serviços Diversos			
Cemitérios Públicos			
Pessoal Variável			
Diaristas	450.000,00	510.000,00	
Material de Consumo ..	60.000,00		
Subprefeitura de Icoaraci			
Pessoal Variável			
Diaristas	150.000,00		
Obras e Melhoramentos			
Para Obras, Melhoramentos e Recalcamento da Cidade:			
Dep. M. de Engenharia	5.000.000,00		
Subprefeitura de Mosqueiro	1.000.000,00		
Subprefeitura de Icoaraci	1.300.000,00	7.300.000,00	13.710.000,00
Encargos Diversos			
Pessoal Inativo			
Despesas Diversas	300.000,00		
Indenizações, Reps. e Restituições			
Despesas Diversas	20.000,00		
Diversos			
Despesas Diversas			
Festas Cívicas	50.000,00		
Representações Oficiais	20.000,00		
Serviço Telefônico	12.000,00		
Gratificações	250.000,00		
Aquisição de Obras d'Arte	80.000,00		
Eventuais	1.800.000,00	2.212.000,00	2.532.000,00
	32.627.000,00		
Art. 2º — O Crédito suplementar aberto pela Presente Lei, correrá, à conta dos recursos financeiros e disponíveis da Prefeitura Municipal de Belém, no exercício de 1953, revogadas as disposições em contrário.			
Gabinete do Prefeito Municipal de Belém, 11 de dezembro de 1953.			
ACHILLES LIMA Secretário de Fazenda			
O Prefeito Municipal de Belém, usando de suas atribuições e de acordo com a Lei n. 1.995, de 11 de dezembro de 1953 da Câmara Municipal de Belém,			
DECRETA :			
Art. 1º — Fica aberto nos termos da legislação em vigor o crédito suplementar de Cr\$ 1.890.000,00 (um milhão, oitocentos e noventa mil cruzeiros), ao orçamento do exercício de 1953, distribuído pelas seguintes verbas :			
Administração Geral			
Administração Superior			
Secretaria Geral			
Materia de Consumo	20.000,00		
Serviços Diversos			
Publicações Oficiais	80.000,00	100.000,00	
Exação e Fiscalização Financeira			
Administração Superior			
Divisão da Receita			
Materia de Consumo	30.000,00		
Serviços Diversos			
Mercados Públicos			
Pessoal Variável	30.000,00		
Percentagens			
Percentagens Diversas	50.000,00	110.000,00	
Fomento			
Departamento Municipal de Agricultura			
Pessoal Variável			
Diaristas	90.000,00		
Materia de Consumo	50.000,00	140.000,00	
Serviços Industriais			
Serviços Urbanos			
Subprefeitura de Icoaraci			
Materia de Consumo	50.000,00		
Serviços de Utilidade Pública			
Const. e Cons. de Lograd. Públicos			
Dep. Municipal de Engenharia			
Pessoal Variável			
Diaristas	410.000,00		
Serviço de Limpeza Pública			
Dep. de Limpeza Pública			
Pessoal Variável			
Diaristas	500.000,00		
Subprefeitura de Icoaraci			
Materia de Consumo	20.000,00	520.000,00	
Serviços Diversos			
Cemitérios Públicos			
Pessoal Variável			

Diaristas			
Obras e melhoramentos			
Para Obras, Melhoramentos e Recalcamento da Cidade:			
Dep. Municipal de Engenharia	180.000,00		
Subprefeitura de Mosqueiro	100.000,00		
Subprefeitura de Icoaraci	100.000,00	380.000,00	
Para Cons. de Próprios Municipais	70.000,00		
	1.890.000,00		

Art. 2º — O crédito suplementar aberto pela presente Lei correrá à conta dos recursos financeiros e disponíveis da Prefeitura Municipal de Belém, no exercício de 1953, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Belém, 11 de dezembro de 1953.

CELSO MALCHER
Prefeito Municipal

LEI N. 1.989 — DE 30 DE NOVEMBRO DE 1953

Abre crédito suplementar no Orçamento do exercício vigente.

A Câmara Municipal de Belém estatui e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto, nos termos da legislação em vigor, o crédito suplementar de duzentos e sessenta e cinco mil cruzeiros (Cr\$ 265.000,00), no orçamento do exercício vigente, assim distribuído:

Administração Geral

Legislativa

Câmara Municipal

Pessoal Fixo

Materia de Consumo

Secretaria da Câmara Municipal

Pessoal Fixo

Cr\$ 265.000,00

Art. 2º A despesa decorrente da execução desta lei correrá à conta dos recursos financeiros disponíveis do Município, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Belém, 12 de dezembro de 1953.

Dr. CELSO MALCHER
Prefeito Municipal

LEI N. 1.993 DE 27 DE NOVEMBRO DE 1953

Autoriza a concessão do aforamento de um terreno a Waldemar Brito Simões.

A Câmara Municipal de Belém estatui e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder por aforamento ao Sr. Waldemar Brito Simões, o terreno do Patrimônio Municipal situado na quadra: Trav. 9 de Janeiro para onde faz frente e 3 de Maio, projeção da Passagem Orquídea, de onde dista vinte e três metros e Avenida Padre Eutíquio. Limita-se de ambos os lados com quem de direito; medindo de frente oito metros por quarenta metros de fundos ou seja uma área de trezentos e vinte metros quadrados.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Belém, 11 de dezembro de 1953.

DR. CELSO MALCHER
Prefeito Municipal

LEI N. 1.996 DE 27 DE NOVEMBRO DE 1953

Autoriza a concessão do aforamento de um terreno a Aureliano Elias da Costa.

A Câmara Municipal de Belém estatui e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Executivo Municipal de Belém a conceder por aforamento, ao Sr. Isaias Alexandre de Melo, o terreno do Patrimônio Municipal situado nesta Capital à Trav. 14 de Abril n. 624, onde existe uma barraca de propriedade do mesmo e fica na quadra — Trav. 14 de Abril — frente e 3 de Maio; Ruas Caripunas e Parque, de onde dista 58,90m. Limita-se à direita com o prédio n. 626 e à esquerda com o de n. 622. Dimensões: frente — 3,70m; fundos — 30,40m com uma área de 114,48m².

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Belém, 11 de dezembro de 1953.

DR. CELSO MALCHER
Prefeito Municipal